

IX ENCONTRO NACIONAL DO MOVA

Embu das Artes, SP, 26 a 29 de julho de 2012

ALFABETIZAÇÃO COMO DIREITO E JUSTIÇA SOCIAL

Realização

Programas MOVA do Estado de São Paulo

APOIO

Ministério da Educação, Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Prefeitura Municipal de Embu das Artes, OSCIP MOVA-ABC e Secretarias Municipais de Educação de Diadema, Guarulhos, Mauá, Osasco e São Bernardo do Campo

Introdução

Neste ano de 2012, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) chega ao seu 9º Encontro Nacional com 434 participantes das regiões Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, representando: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Amazonas, Pará, Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco e Sergipe, entre educadores populares, educandos, coordenadores, gestores, professores de EJA, representantes de ONGs, professores e estudantes universitários.

O tema norteador foi “Alfabetização como direito e justiça social”, tendo como objetivo geral a apresentação e discussão de diferentes experiências de alfabetização, desenvolvidas pelos educadores populares nos diferentes estados e municípios, que integrem ações de mobilização e justiça social, como também a avaliação das propostas de encaminhamentos dos encontros anteriores.

As discussões levaram em consideração que o mundo está sempre se transformando e todos os seres humanos têm o direito de ser alfabetizados, visto que o aprendizado está em constante circulação e a invenção da escrita, indubitavelmente, é o maior bem cultural criado pela humanidade. O desenvolvimento e a tecnologia engendram sonhos e, a partir do momento em que isso acontece, o homem sente vontade de crescer.

Nesse contexto, o educando e o educador do MOVA têm sido vistos como sujeitos que se modificam intelectual e socialmente, na medida em que a visão de sociedade se modifica com a participação no Movimento e, por isso, o desenvolvimento no MOVA é a base da formação de cidadãos, sem perder de vista que EJA e MOVA lidam com público semelhante, mas de forma diferente. Em suma, a alfabetização e a mobilização caminham juntas: o movimento abre caminhos e constrói a democratização, o que não pode ser separado da promoção dos Direitos Humanos e da justiça social.

Quando educamos os pais, a família também é educada, modificada. Os Direitos Humanos englobam a popularização dos direitos dos cidadãos, a liberdade de opiniões, o acesso a oportunidades de crescimento social e, com isso, o esclarecimento dos deveres que transforma nossa sociedade em um espaço público mais justo e mais democrático.

O papel do movimento é discutir e apresentar, ao conjunto da população, uma saída para os problemas que as comunidades enfrentam.

É importante considerar, no entanto, que as modificações sociais somente acontecem com melhorias nas políticas públicas, com uma distribuição justa de verbas em todos os segmentos da educação e da própria sociedade.

Com essa perspectiva, após a atividade cultural realizada no dia 26 de julho, aconteceu na manhã do dia 27, sexta-feira, às 9h, a abertura oficial do IX Encontro Nacional do MOVA com a conferência “Direito à Educação e Justiça Social” proferida pela Profa. Lisete Arelaro, docente e diretora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. No período da tarde aconteceram discussões temáticas de acordo com a seguinte distribuição de Grupos de Trabalho:

1. EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

2. ALFABETIZAÇÃO E MEMÓRIA

3. ALFABETIZAÇÃO E INCLUSÃO: PRECONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO E INTOLERÂNCIA
4. MOVA: UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO DO EDUCADOR
5. ALFABETIZAÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
6. ALFABETIZAÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
7. EDUCANDOS: ALFABETIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA VIDA
8. A IDENTIDADE DO MOVA ENQUANTO MOVIMENTO
9. MOVA: ALFABETIZAÇÃO E CONTINUIDADE
10. MOVA E GESTÃO PÚBLICA: JUNTOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO
11. DIVERSIDADES SOCIOCULTURAIS

No dia 28, pela manhã, os participantes se reuniram em dois grandes segmentos: um grupo com representantes do Poder Público e outro que foi subdividido em dois grupos da Sociedade Civil, importante momento no qual o grupo constituído pelos gestores assumiu os seguintes compromissos frente ao Movimento:

1. Reconhecer a alfabetização como início da Educação de Jovens e Adultos.
2. Lutar para que as ações de EJA sejam inspiradas pela educação popular libertadora.
3. Assegurar a execução plena dos recursos destinados à EJA, ampliando-os para todos os segmentos e níveis de oferta pública.

No período da tarde, foram apresentados Relatos de Experiências em dois grandes grupos e realizada a Plenária de Exposição dos desafios, propostas, encaminhamentos e uma moção discutidos pelos 11 Grupos de Trabalho no dia anterior.

No dia 29, o Encontro foi finalizado com a aprovação em plenária do documento final, além de ter sido feita a discussão dos processos de indicação do novo representante do MOVA na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) e da sede do X Encontro Nacional do MOVA, a ser realizado em 2014.

Segue o registro dos principais pontos discutidos no Encontro.

Conferência de Abertura: “Direito à Educação e Justiça Social” – Profa. Lisete

Arelaro

Em síntese, a professora discutiu que todo cidadão brasileiro tem direito à educação! O encontro em questão existe porque as coisas não vão bem. Estamos num momento, no Brasil, bem particular para os movimentos sociais. O tribunal de contas duvida dos movimentos, temos dificuldades de conseguir verbas e estabelecer parcerias. Temos que marcar onde nós estamos para alertar: a alfabetização de adultos ainda não é prioridade. Mas este encontro acontece num momento privilegiado de eleições municipais e luta pela aplicação de 10% do PIB na Educação. A exclusão da EJA no FUNDEF até 2007, fez com que estados e municípios não se interessassem pela superação do analfabetismo, mas a situação mudou com o FUNDEB e, mesmo assim, ainda predominam as ações voltadas ao Ensino Fundamental e Médio e poucas ações para a EJA.

Precisamos discutir sobre a importância de uma educação pública de qualidade. A professora encerra a conferência com uma mensagem de Pedro Terra: *“Nós somos as nossas lutas. E elas espelham nossos sonhos. Não há nada que perturbe mais a ordem estabelecida como ousar sonhar. Sonhos traduzem esperança. E a esperança, a utopia. De que a vida e o mundo podem ser mais justos e solidários”*. E acrescenta: Ousemos sonhar! Que a educação e o enfrentamento ao analfabetismo se constituam, de fato, prioridades dos (novos) governos!

Grupos de Trabalho

No dia 27, os participantes reuniram-se em grupos temáticos com o objetivo de compartilhar ideias e experiência sobre a relação dos temas com as práticas do MOVA e, assim, compreender como os diferentes programas estão atuando. Cada grupo teve uma forma própria de organização que variou desde a mediação de debates em plenária ou pequenos subgrupos até a discussão de filme e realização de dinâmicas. Ao final, foram apontados desafios e propostas relacionados a seguir:

Desafios

1. Manter a autonomia do MOVA frente ao poder público na construção de um movimento verdadeiramente inclusivo e com atuação engajada na luta pela defesa dos Direitos Humanos.
2. Articular o MOVA com a rede de proteção formada por diversas secretarias e conselhos nas três esferas de governo.
3. Construir uma educação popular que resgate a cidadania, acolha as diversidades – dialogue sobre os direitos e deveres do cidadão, buscando a cultura de paz e o enfrentamento da violência em todas as suas formas e instâncias, inclusive a institucional.
4. Buscar intercâmbio entre os demais movimentos para fortalecimento das políticas públicas de EJA em uma luta para que o MOVA e a EJA sejam reconhecidos como direito humano e assumidos como política pública de Estado pelas três esferas de governos, evitando sua descontinuidade.
5. Atender outras necessidades além da alfabetização: socialização, superação de problemas de saúde (depressão e alcoolismo), fuga da solidão, construção de autonomia, compartilhamento de saberes artísticos (artesanato e uso de instrumentos musicais), realização de atividades diferenciadas para o público idoso, acolhimento de pessoas com

necessidades educacionais especiais e de estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental que procuram o MOVA por ainda não estarem alfabetizados.

6. Construir canais de diálogo entre o MOVA e a EJA institucionalizada na construção do currículo.
7. Manter os educandos em sala e encaminhá-los para continuidade de estudos quando estiverem preparados, fazendo com que percebam que têm conhecimento, de modo a valorizá-los e empoderá-los.
8. Buscar mobilizar a comunidade para que acesse a escola por meio de políticas de ampliação da oferta de EJA (Educação Básica).
9. Diminuir a distância social e cultural entre educador e educando.
10. Conquistar o reconhecimento do MOVA pelas universidades como uma iniciativa de referência da educação não formal, assim como melhorar a qualidade da formação e da participação do Movimento Popular a fim de superar a ausência de reconhecimento pela sociedade em geral.
11. Lutar para que os repasses de recursos para pagamento da ajuda de custo ocorram sem atraso e que o educador em situação de enfermidade seja amparado.
12. Desenvolver e aprimorar o estudo de Paulo Freire, a história do MOVA e dos movimentos de alfabetização, garantindo a continuidade das formações político-pedagógicas apesar das mudanças de gestão pública.
13. Buscar superação das questões: Como inserir o processo de participação social dos educadores nas formações? Como formar educadores críticos que possam ajudar seus educandos a serem críticos? Como esperar dos educadores que proporcionem ao educando uma formação que eles não tiveram? Como trabalhar em meio a tantas individualidades? Como ensinar a ler e a escrever com base na realidade dos educandos? Como lidar com a tutela do governo ao Movimento? Qual o destino do Movimento quando um governo se encerra? Como garantir o direito à educação formal e não formal a todas as pessoas privadas de liberdade?

Propostas

Do MOVA para a Gestão Pública

1. Cumprir o que propõe a LDB no que diz respeito à chamada pública, ao censo escolar e à garantia de escolarização como direito humano.
2. Que toda a demanda de alfabetização seja atendida, mesmo em lugares de difícil acesso e outras particularidades, respeitando cada projeto e a especificidade de cada região, especialmente no que diz respeito ao número mínimo de educandos em sala de MOVA, estabelecendo procedimentos e critérios de monitoramento que considerem o trabalho pedagógico realizado e sem criar um padrão de estrutura dos espaços disponíveis nas comunidades para funcionamento dos núcleos de alfabetização.
3. Primar pela continuidade de uma política de EJA, com apoio financeiro das três esferas de governo, que tenha lugar garantido no organograma de funcionamento das Secretarias de Educação, e oferta que assegure a flexibilidade de horário para atender às

necessidades do adulto trabalhador, com qualidade e aliada à economia solidária e qualificação profissional.

4. Garantir a pontualidade no pagamento da ajuda de custo e que o valor mensal não seja inferior ao salário mínimo, inclusive nos casos de municípios e estados que aderem ao Programa Brasil Alfabetizado e devem, portanto, complementar a ajuda de custo dos educadores, assim como amparar o educador em situação de enfermidade durante certo período.

5. Formular políticas públicas em diversas áreas numa parceria da sociedade civil com os governos das três esferas, principalmente política pública de alfabetização, que efetivamente garanta a educação como direito e justiça social, igualando os direitos dos educandos do MOVA aos dos alunos regulares (transporte, merenda, acompanhamento de saúde, material didático específico, participação em eventos culturais), bem como assegurar a dignidade da pessoa humana.

6. Dispor de auxílio para o trabalho do educador em cuja sala exista aluno com deficiência.

7. Dialogar com o Movimento para revisão da política de superação do analfabetismo, de modo que ocorra valorização dos educadores, com base em mapeamento nacional das políticas de alfabetização institucional e não institucional no país.

8. Valorizar o trabalho do educador popular com formação continuada, em âmbito local, para haver responsabilidade e compromisso no desempenho de seu papel no Movimento, e também formação para fins de elevação de escolaridade.

9. Estimular as universidades para o oferecimento de cursos de aperfeiçoamento para educadores e coordenadores, com criação de cursos na modalidade a distância ou presencial, com proposta curricular que atenda às necessidades de formação exigidas pela educação popular e certificação registrada.

10. Ampliar a publicação de experiências e vivências de propostas de alfabetização, possibilitando trocas e qualificação dos diversos processos de aprendizagem.

11. Garantir a saúde bucal e acuidade visual, por meio de ações de intersetorialidade (articuladas aos programas Saúde do Idoso e Olhar Brasil) e aprofundando a divulgação e o entendimento dessas questões.

12. Preparar as ações e a estrutura da instituição escolar para receber os egressos do MOVA e do sistema prisional nas turmas de EJA.

13. Propor, acompanhar e avaliar as políticas públicas de Estado para alfabetização – MOVA/EJA – nos espaços de privação de liberdade, dando ênfase em todas as unidades federativas à construção dos planos estaduais e distritais para oferta de educação nas prisões.

14. Promover a participação do MOVA em programas de Educação Digital.

Do MOVA para a Sociedade Civil

1. Mobilizar a sociedade para que reconheça a existência e os reais objetivos do Movimento, divulgando suas ações em diferentes meios de comunicação e de diversas formas com envolvimento de todos os âmbitos sociais com forte mobilização e responsabilidade das três esferas de governo.

2. Formular um projeto de ação que atenda aos interesses, necessidades e especificidades para superação de uma situação de indignação, iniquidade social, ambiental e discriminação cultural.
3. Discutir em sala de aula o plano de governo e análise dos candidatos e acompanhamento após as eleições.
4. Garantir o estudo das leis (ex.: Lei Maria da Penha, Constituição Federal, ECA, Tratados Internacionais de Direitos Humanos etc.).
5. Utilizar e otimizar a sala de aula para tratar do tema da violência em busca da cultura de paz, inclusive encaminhando e acompanhando os casos de conflito/violência que chegam à instituição para os órgãos competentes.
6. Dentro dos grupos de MOVA de cada região, realizar a discussão sobre as faces do preconceito, com os educadores e educandos, de modo que a diversidade possa ser compreendida como igualdade de direitos.
7. Convidar militantes dos movimentos sociais para apresentarem no MOVA sua história, ideias e dificuldades que sofrem na sociedade (priorizando a diversidade), para que os educadores tomem conhecimento das diferentes problemáticas relacionadas a cada grupo e possam trabalhar com os educandos essas diferenças.
8. Combater a violência institucional em todas as suas formas de expressão, nas três esferas de governo.
9. Fomentar o debate para efetivação de marcos políticos que garantam a continuidade numa proposta de educação popular, por meio de fóruns e seminários, com os gestores e a comunidade.
10. Lutar para que as escolas públicas abram os espaços físicos (inclusive biblioteca, laboratórios de informática e outros) para as turmas do MOVA.
11. Exigir das administrações das três esferas de governo o cumprimento dos compromissos assumidos nacional e internacionalmente, reconhecendo como referencial fundamental o Documento Nacional Preparatório à VI Confinteia e o Marco de Ação de Belém.
12. Buscar uma participação mais intensa na escolha, distribuição e utilização do material PNLD/EJA e pressionar para que o governo entregue os livros didáticos em tempo hábil para que os educadores possam se apropriar do material.
13. Ampliar a política de formação inicial e continuada (de educadores, coordenadores, gestores públicos e representantes de entidades conveniadas) e influenciar o poder público para uma proposta de formação de educadores numa perspectiva crítica que garanta:
 - a- o estudo da carta de princípios do MOVA escrita por Paulo Freire e seu grupo, além de outros documentos importantes, como o Marco de Ação de Belém;
 - b- a formação para cidadania, incluindo um processo de formação histórica, política, pedagógica e científica, estudando as relações de classe para o educador entender o atual contexto político e social;
 - c- o desenvolvimento de processos formativos com o tema da diversidade (afrodescendentes, indígenas, gênero, diferenças geracionais, religiosa e sexual) com educadores do MOVA como forma de contribuir com uma sociedade mais inclusiva e democrática;

d- a leitura da realidade local, cultural, ambiental, relacionando com o contexto mais amplo;

e- a valorização dos saberes do educando, construindo um currículo significativo, com base no desenvolvimento de um olhar diferente/aprofundado para o educador/educando, conhecendo o perfil do educador e do educando;

f- o aprofundamento dos aspectos didático-pedagógicos referentes ao processo de apreensão dos educandos sobre as competências relacionadas ao domínio da escrita e da leitura, dos conhecimentos matemáticos e do aprendizado de outros saberes além da leitura e da escrita, de acordo com as habilidades e possibilidades do grupo;

g- o engajamento dos educadores e dos educandos na luta social, incluindo a autonomia do MOVA.

14. Buscar condições para que o MOVA continue seu trabalho, promova mais eventos para reunir seus participantes e realize uma marcha na cidade que acolhe o Encontro Nacional, no último dia do evento (como encerramento), para que a sociedade perceba a presença e a importância do Movimento.

Como palavra finais, a plenária destaca a necessidade de manter a mobilização até o próximo Encontro Nacional em torno das propostas aprovadas para superar os desafios no nosso local de atuação. Para isso, é importante manter o diálogo com outros movimentos sociais e entregar o documento final deste encontro para as três esferas de governo, além de fortalecer a participação dos MOVAs nos espaços de controle social de avaliação e monitoramento da política pública de EJA.

Tendo aprovado as 28 propostas acima listadas, a plenária indicou as seguintes prioridades para os próximos dois anos de atuação:

- Formação política dos educadores que garanta a definição da identidade do MOVA como movimento de educação popular;
- Continuidade de estudo dos educandos;
- Financiamento com foco na ajuda de custo do educador.

Deliberou-se ainda:

1. Estado sede do X Encontro Nacional do MOVA - 2014

Indicativo: O Estado do Rio Grande do Sul será consultado para realização do X Encontro Nacional. Na impossibilidade de acolher o evento, o estado do Pará deverá avaliar se tem condições de sediá-lo em 2014 e comunicar à Coordenação do MOVA até 15 de agosto de 2012.

2. Escolha do Representante do MOVA na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)

Perfil do(a) Representante:

- Participação orgânica no movimento social, na perspectiva da educação popular libertadora;

- Articulação com os Fóruns de EJA do Brasil e Agenda Territorial de EJA;
- Não estar em cargo comissionado no governo, seja ele federal, estadual, distrital ou municipal.

(Obs: Caso o(a) representante do MOVA assumira cargo comissionado no governo, no período de vigência de sua contribuição na CNAEJA, ele(a) deverá desligar-se imediatamente da representação. Em seguida, um colegiado do MOVA escolherá um(a) novo(a) representante).

Atribuição do(a) Representante:

- Colaboração junto à CNAEJA e ao estado sede na construção do X Encontro Nacional do MOVA;
- Compartilhar, permanentemente, as diversas informações da CNAEJA com todos os estados e municípios que participam dos MOVAs;
- Consultar, permanentemente, os colegiados estaduais ou regionais do MOVA para a construção dos posicionamentos do Movimento nas discussões da CNAEJA.

MOÇÃO DE APOIO AOS 10% DO PIB PARA EDUCAÇÃO NO PNE

Os participantes do IX Encontro Nacional do MOVA, reunidos em Plenária, aprovaram **MOÇÃO DE APOIO AOS 10% DO PIB PARA EDUCAÇÃO NO PNE**. Conforme deliberação contida no texto do Documento Final (página 110) da CONAE (Conferência Nacional de Educação – 2010), o financiamento da educação não pode prescindir de ampliar seu investimento em, no mínimo, 10% do PIB até 2014. O texto do Plano Nacional de Educação (2010–2020), que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, ainda não foi aprovado pelo Senado Federal do Congresso Nacional.

Os participantes deste encontro solicitam que os senadores respeitem a deliberação da maior conferência de educação já ocorrida no Brasil e aprovem o texto do Plano Nacional de Educação, garantindo o investimento mínimo de 10% do PIB na Educação.

Embu das Artes, 29 de julho de 2012.